

AGRICULTURA FAMILIAR E NORMAS DE REGULACÃO DE SUCESSÃO, CULTURA E TÉCNICA NA COMUNIDADE RURAL DE PEDRA ROXA, IBIRITAMA-ES¹

Murilo Ferreira da Silva²

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar as normas de sucessão e cultura que regulam o processo de reprodução da família camponesa e o desenvolvimento da técnica e formas de ajuste ao meio econômico e natural que definem um espaço de maior ou menor autonomia diante as forças do mercado pela comunidade rural. O campesinato apresenta cultura e sociabilidade específicas de cada comunidade rural, finto do intercâmbio entre famílias e pessoas e da dependência entre vizinhos que se reúnem em um mesmo espaço topográfico. Além disso, sua sobrevivência depende de um equilíbrio relativo entre suas necessidades e os recursos disponíveis do meio físico. A manutenção do equilíbrio exigirá sempre soluções novas e adequadas diante das transformações no meio ambiente. O principal problema teórico é analisar como a sociedade camponesa se reproduz. Embora a sociedade capitalista interfira na organização interna da pequena produção familiar em uma comunidade rural, ao modificar as necessidades e objetivos das famílias, e embora os mecanismos de mercados interfiram nas formas com que os indivíduos obtêm seus meios de vida e no equilíbrio das relações entre suas necessidades e os recursos naturais disponíveis, a comunidade possui relativa autonomia para permanecer travando a sua luta pela sobrevivência. Entretanto, as transformações resultantes dessa expansão capitalista e do esgotamento ambiental podem estar conduzindo-a a uma direção contrária.

Termos para indexação: Campesinato, comunidade rural, sistemas agrícolas.

1 CAMPESINATO E SUA CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA DOMINADA

O que diferencia a sociedade camponesa da sociedade primitiva é a produção de um fundo de aluguel, que seria um ônus pago mediante exigências que não vieram do trabalho na terra, mas sim impulsionado pela existência de uma ordem social que utiliza do poder exercido por um grupo de homens para transferir riqueza de uma parte da população para outra. No feudalismo o campesinato era obrigado a pagar ao senhor, que detinha o título territorial, um aluguel para obter a licença de plantar a terra, pagando em espécie subtraída de sua produção ou em trabalho, que era exercido sem remuneração na plantação desse senhor. Wolf (1976) entende por camponês, então, um cultivador rural sujeito à extração do seu excedente agrícola, que é transferido para as mãos de um grupo dominante.

Partindo disso, Shanin (1980) sugere quatro características básicas para identificação do camponês: 1) unidade rural familiar como organização básica econômica e social; 2) agricultura como a principal fonte de sobrevivência; 3) vida em aldeia e cultura específica das pequenas comunidades rurais, e 4) situação de opressão, isto é, a dominação e exploração por poderosas forças externas. Dessa forma, Shanin enfatiza que o cerne das características determinantes do camponês parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, como unidade básica de produção e meio de vida social.

Para Martins (1981), a palavra camponês procura expressar a unidade da situação de classe e, sobretudo, procura dar unidade às lutas dos oprimidos do campo. Através delas, busca um lugar social, isto é, mais que um espaço geográfico, um espaço na estrutura da sociedade. Entretanto, as relações de troca desiguais com o mercado são as responsáveis pela extração do excedente e a redução do espaço de autonomia camponesa. Ao colocar produtos à venda, recebem uma parte inferior ao seu valor integral, sendo a maior parte expropriada pela acumulação capitalista (Marx, 1975; Martins, 1981; Wanderley, 1985). Além disso, o processo de mudança técnica na agricultura associado ao uso intensivo do solo, levou o campesinato à regressão.

¹ Artigo que tem por base a dissertação apresentada à UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA) pelo autor, para obtenção do grau de Mestre em Administração Rural.

² Eng. Agrônomo e Mestre em Administração Rural - DAL. 37200-000, Lavras-MG.
Cad. Adm. Rural, Lavras, v. 10, n. 2. Jun./Dez. 1998

Boserup (1987) associa a pressão demográfica à intensidade de uso do solo. Cultivos em pousio longo ou florestal foram dando lugar aos cultivos em pousio arbustivos e curtos, até os cultivos anuais e múltiplos, sem pousio. O estímulo a essa mudança seria, então, a elevação da densidade populacional.

As situações em que o campesinato sobrevive no capitalismo variam no tempo e lugar. Autores como Lênin (1982) e Kautsky (1968) analisam o processo de ampliação do capital na agricultura e o destino que ele resguarda à unidade de produção camponesa. O estudo clássico dos camponeses russos do final do século XIX realizado por Lênin mostra como eles tendem a se diferenciar. Os camponeses ricos a se transformar na burguesia rural e os camponeses pobres, pela sua ruína, a se transformar em proletários, criando assim duas classes antagônicas no meio rural (Lênin, 1982).

Kautsky analisa o problema a partir da elevação da produção e da produtividade na agricultura proporcionada pelo progresso tecnológico e que geralmente seguida de quedas nos preços dos produtos agrícolas, prejudicando os pequenos agricultores e favorecendo àqueles que, através da economia de escala, conseguem obter margens de lucros. Paralelamente à tendência de queda geral dos preços, a maior integração e dependência aos mercados conduz a uma maior exigência por terras elevando o seu preço e a uma maior quantidade de gêneros alimentícios subtraídos do camponês para o pagamento de dívidas, impostos, juros, etc.

O mesmo autor, então, procura demonstrar a inferioridade econômica da pequena produção agrícola e que o desenvolvimento da grande exploração capitalista tende a superar e eliminar a pequena produção. Por outro lado, admite que a maior disponibilidade de terras em uma unidade camponesa, somada a uma maior utilização da força de trabalho, pode tomar essa unidade apta a saldar suas dívidas, impostos e juros, acrescidos ainda de algum recurso para investimento. Afirma também que, em determinados ramos mais modestos da agricultura, a pequena produção pode concorrer com a grande e que uma exploração cooperativa, apesar de ser menos desenvolvida entre camponeses, pode prolongar a existência da pequena exploração (Kautsky 1968).

Chayanov (1974) questiona a tendência da homogeneização do espaço agrário pelas empresas capitalistas apontada por esses autores, afirmando que a unidade camponesa não se orienta pela obtenção de uma taxa média de lucro capitalista, mas sim pela necessidade de um consumo mínimo da família. Sendo assim, ela se submeterá a uma alta carga de trabalho para atender a essa finalidade. Prossegue o autor afirmando que a força de trabalho da família é o elemento mais importante dessas unidades, superando as atribuições dadas à mercadoria, extensão de terras, disponibilidade de meios de produção e fertilidade do solo.

Chayanov coloca em evidência a importância da família que explora a unidade, dependendo principalmente da idade de seus membros e cujo crescimento, sujeito às leis biológicas, depende só em pequena medida da situação econômica familiar. Numa dada quantidade de terra e meios de produção ela tentará ajustar ao ótimo o grau de auto-exploração de sua força de trabalho. O balanço entre o trabalho e o consumo é que irá definir a quantidade de força de trabalho a ser gasta para a produção dos meios de subsistência das famílias.

2 CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE PEDRA ROXA

2.1 O campesinato no Espírito Santo

Durante todo o período colonial, a capitania do Espírito Santo sustentou um econômico bastante atrofiado, isso porque não havia uma atividade econômica que integrasse de forma dinâmica a região à economia de exportação. A capitania ficou impedida de explorar seu próprio território, pois era rigorosamente proibida a abertura de estradas que ligassem o litoral a Minas Gerais, com a finalidade de evitar o contrabando ou ataques estrangeiros a essa capitania. Havia um reduzido contingente populacional que não provia a agricultura capixaba de força de trabalho necessária para maior ocupação do território. Calcula-se que por volta de 1830 havia apenas 24 mil habitantes na província. Por último, havia uma forte resistência dos índios Puri e Botocudos, em inúmeras lutas travadas contra a devastação da floresta, resultando em muitos combates e ataques sangrentos que impediram por longo tempo a marcha de penetração para o interior do Espírito Santo (Bittencourt, 1978; Balestrero, 1976).

A colonização do interior capixaba por imigrantes estrangeiros foi feita, particularmente no sudeste, pela implantação de colônias e distribuição de lotes aos colonos e não pela tendência mais geral de substituição do trabalho escravo pelo livre nas grandes fazendas. Isto favoreceu o povoamento do território e o desenvolvimento rápido de uma cafeicultura com base na pequena propriedade familiar.

Após a colônia de Viana, fundada em 1815, seria fundada, em 1847, a colônia de Santa Isabel; em 1855, a colônia de Rio Novo; em 1856, a colônia de Santa Leopoldina e, em 1875, a colônia de Santa Teresa. A partir dessas como ponto de apoio, outras tantas foram surgindo. Entre 1870 e 1890, foram encaminhados para a província milhares de colonos que iriam fundar novas colônias e distritos (Balestrero, 1976; Oliveira, 1951).

A região sul foi a principal &ente pioneira, palco de grande interesse dos novos habitantes da província, dotando a região de força de trabalho necessária para a colonização do interior do território. Paralelo à instalação das colônias de imigrantes, deu-se também uma intensa imigração de fluminenses e mineiros atraídos pela possibilidade de ocupação das terras que estavam por ocupar. O solo riquíssimo em humus das florestas desmatadas, favorece o rápido crescimento da cafeicultura, sendo que, em 1928, o Estado passa a produzir mais que a área fluminense, que foi a primeira grande zona cafeeira do país (Pessamilio, 1978).

2.2 Da formação aos ajustes mais recentes da comunidade rural

A comunidade de Pedra Roxa, situada no município de Ibitirama, sul do Espírito Santo, pode ser definida pelo conjunto de relações de interdependência que seus membros estabelecem entre si. A proximidade geográfica é um dos aspectos fundamentais, mas apenas ela não bastaria se não existissem laços sólidos a cimentar a convivência social e cultural e se não fosse o meio ambiente local definir um modo particular de viver e trabalhar. Conforme Cândido (1975), além de uma base territorial - um dos elementos fundamentais para a conceituação de comunidade - existe um "*sentimento de localidade*" nos moradores, formado pelo intercâmbio das famílias que residem numa mesma posição geográfica. Ou então, como define Santos (1978), um conjunto de vizinhança camponesa constitui uma comunidade quando: há uma base territorial com casas esparsas e com um centro de referência social, como a igreja; situação social semelhante; relações de vizinhança às vezes justapostas com as de parentesco; sentimento de localidade; práticas de ajuda mútua e atividades religiosas.

A localidade de Pedra Roxa foi praticamente um dos últimos focos de expansão das lavouras de café no sul do Espírito Santo. A região era coberta por uma densa floresta, ainda não explorada por possuir topografia bastante acidentada e ser um local de difícil acesso entre as cadeias montanhosas da Serra do Caparaó. Os remanescentes da comunidade vêm do final da década de 1930, com a chegada dos primeiros colonos. O tipo de agricultura se caracterizou pelo cultivo itinerante, isto é, cultivava-se numa determinada área até o esgotamento do solo, mas antes disso outra área de mata já estaria sendo derrubada. A lógica desse sistema foi analisada por Martins (1981), que mostrou como se expandiram espacialmente as comunidades camponesas com a existência de terras livres.

Era uma região de fronteira agrícola e os agricultores, contando apenas os familiares, não tinham braços suficientes para tocar o serviço da lavoura e tantos outros necessários para a sobrevivência naquela natureza inóspita. Foi necessário então importar, para a comunidade camponesa o que tinha dado certo em outras fazendas cafeeiras de regiões tradicionais, ou seja, as relações de trabalho nascidas do sistema de parceria. Assim, não tendo outra saída, optaram por oferecer "à meia" aos agricultores que chegaram mais tarde e não puderam abrir suas posses, pois as terras livres, um sonho para o camponês, rapidamente se tornaram terra posseada. De uma posse já definida estabelece-se o direito do seu uso exclusivo ao posseiro, muito respeitado entre os membros da comunidade, restando "aos tardios" uma outra opção, embora de um "status" secundário mas promissora, devido ao grande valor que a força de trabalho passou a assumir num meio natural absolutamente rude e recém-habitado de colonos em estágio elementar de utilização de técnicas e instrumentos modernos de produção. Surge dessas condições, além do colonoposseiro, o colono-meeiro, membro muito valorizado da comunidade pelo papel que a força de trabalho desempenhava e que, com os frutos do trabalho, sempre associado às relações sociais na comunidade, passava em poucos anos à condição de colonoposseiro, quase sempre com o apoio do próprio parceiro que era o colono-posseiro anterior.

Esse sistema de meação adotado difere do regime de colonato paulista do final do século dezenove e início do século vinte quando, os colonos foram introduzidos nas grandes fazendas de café. Eles trabalhavam ali com a finalidade de acumular pecúlio para a compra de um lote no mercado de terras em expansão e este, por sua vez, desempenhava o papel de transferir a renda da terra aos grandes proprietários através de venda desses lotes aos colonos. Os fazendeiros tradicionais de café, cujas áreas antigas se tomaram improdutivas, fizeram grandes negócio dispondo delas para a venda e

indo procurar as terras virgens do oeste paulista para formar lavouras novas e mais produtivas (Loureiro, 1987). Na comunidade de Pedra Roxa, os colonos formavam parceria com agricultores de situação social semelhante. Em grande parte eram até parentes e, além de trabalharem juntos, viviam juntos, freqüentavam as mesmas festas, os mutirões, o jogo de futebol, negociavam entre si parte da produção excedente e, mais significativamente casavam-se entre si, não importando se eram filhos de colonos-possesores ou colonos-meeiros. Portanto, a partir dessa caracterização podemos afirmar que não havia uma divisão social nas relações de parceria nessa comunidade, ao contrário do que ocorreu, no sistema de colonato paulista, com sua divisão clara entre colonos e fazendeiros.

O colono-meeiro era responsável pelo desmatamento, destoca, plantio e formação de uma nova lavoura de café. Além disso, tinha o direito de cultivar lavoura branca (milho, arroz, feijão e mandioca) nas fileiras do cafeeiro, obtendo assim gêneros alimentícios para consumo e algum excedente para a venda ou troca. A produção de café era dividida com o colono-possesore e, após alguns anos, o colono-meeiro acumulava alguns recursos e ele próprio podia adquirir um lote, que era geralmente comprado do seu parceiro que lhe concedia créditos, pois as transações em dinheiro eram escassas e tudo geralmente era pago em café, que até hoje funciona como uma moeda local e, naqueles tempos, muito mais. Esse processo de compra também esteve muito associado aos momentos de crise do café, quando a queda de preço do produto estimulava o colono-possesore a fazer de parte de sua posse uma renda monetária, já que a cultura não era compensatória. Ao invés de extrair o sobretrabalho do colono-meeiro, ele extraía a renda da terra, renda essa que não foi gerada quando a terra foi livremente ocupada e a partir do escaçamento destas terras livres e o aumento da densidade populacional, foi ocorrendo um processo de valorização das terras existentes com uma tendência para aquilo que hoje já é comum na comunidade, ou seja, a terra vista mais como uma mercadoria e que antes era um meio necessário à sobrevivência. O fenômeno da renda da terra foi analisado por Ricardo (1974), Marx (1975) e Delgado (1985).

A devastação da floresta e o crescimento populacional impediram os agricultores de continuar usando o cultivo itinerante. O pousio longo deu lugar ao pousio médio em décadas mais recentes, pois a redução das florestas e o crescimento da população foram esgotando o "fundo de fertilidade natural", exigindo cultivos mais intensivos.

Adaptaram-se, nas últimas décadas, três sistemas bastante definidos: o primeiro é o sistema de cultivo em várzeas - essas áreas são naturalmente férteis, além de não sofrerem o processo de erosão. Suas relações com a casa estão diretamente vinculadas ao sustento familiar, pois apresenta excelente qualidade para o cultivo de gêneros alimentícios. A intensidade agrícola nas várzeas se caracteriza pelo sistema de pousio curto: os plantios são anuais e, somente após cultivos sucessivos, uma determinada área é transformada em pasto por 2 a 3 anos, até que ela se fertilize novamente e esteja apta ao cultivo. Foi nessas áreas que a comunidade se consolidou, onde se fundaram as construções, as moradias com suas hortas de fundo de quintal, a igreja, o campo de futebol.

O segundo sistema do cultivo em áreas de meia-encosta, que apresentam boa fertilidade para a cultura do café. Entretanto, quando a cultura começa a apresentar sinais de esgotamento, corta-se os pés quase à raiz e a área é transformada em pasto. Antes disso, porém, uma nova lavoura já está formada numa área anteriormente ocupada por pasto. Seu uso agrícola se caracteriza, assim, pelo pousio de média duração. Nessas áreas se cultiva a agricultura nitidamente comercial, mas vista muito mais como um complemento da atividade de subsistência. Os próprios ganhos daí provenientes vão revigorar o fundo de subsistência da comunidade, embora saia mais visivelmente também um fundo do qual se alimenta o mercado.

O terceiro sistema é o cultivo em áreas de encosta elevadas, caracterizadas por inclinações acentuadas, sujeitas à erosão e de menor fertilidade. Existem muitas áreas de capoeira. Parte dela foi substituída pelo café em períodos de prosperidade da cultura, sendo que em períodos de crise de preços, são abandonadas para descanso e fertilização. A intensidade do seu uso agrícola se caracteriza também pela utilização de pousio de média duração. O pousio de longa duração é menos freqüente; ocorre quando há a substituição de matas virgens ou secundárias pela cultura do café.

Por apresentarem características próprias e oferecerem aos agricultores recursos diferenciados, cada ambiente foi palco do desenvolvimento de uma técnica ajustada a ele. Observamos, assim, áreas utilizadas com a finalidade de subsistência, outras com a de mercado; áreas de cultivo intensivo, outras de cultivo em sistema de pousio. Dentro dessas possibilidades se insere uma diversidade de produtos e de situações técnicas, em que cada mudança se deve a um ambiente em constante transformação.

Nesta pesquisa ficou evidente que a estrutura fundiária e a organização da produção são fortemente condicionadas pela família e herança. O casamento entre os filhos desta comunidade, independentemente, como já dito, da situação das famílias, era amplamente estimulado, pois ele era a condição de reprodução da força de trabalho, tão necessária no início para a sobrevivência das famílias. Além disso, aos casais eram destinados lotes próprios, onde formavam novas famílias que davam mais vigor à comunidade. Geralmente acontecia casamento entre filhos de colonosposseiros com filhos de colonos-meeiros, ficando a posse garantida, como também o era quando ambos eram filhos de colonosposseiros. Tudo isso serve para mostrar a íntima ligação do processo do casamento com o processo de herança, redundando e estimulando uma rede de relações onde a terra, família e comunidade se ajustam, se justificam e geram o desenvolvimento social.

Na origem da comunidade, quando havia muita disponibilidade de terras e recursos naturais, e com as terras virgens de excelente fertilidade, as unidades de produção familiares se multiplicavam e se fragmentavam cada vez com maior velocidade. Na atualidade, depois do escasseamento da terra e do esgotamento do "*fundo natural de fertilidade*", além do adensamento populacional, tais unidades encontram limitações sérias para reproduzir-se, requerendo um processo distinto de herança do que foi no passado.

Se no passado todos herdavam, na atualidade, para haver herança para alguns, é necessário que outros sejam excluídos. Daí, vem a migração constante dos excedentes populacionais de herdeiros nessa agricultura familiar, provocando o êxodo rural em condições muito conhecidas no Brasil, que são a formação de amplas periferias faveladas em grandes centros urbanos. Devido à impossibilidade do atendimento a todos os potenciais herdeiros, os que não são selecionados acabam recorrendo ao mercado de trabalho urbano. Os estudos de Ribeiro (1993) no vale do Jequitinhonha, de Moura (1978), num estudo de caso no sul de Minas Gerais e de Tavares dos Santos (1978) em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, mostraram, como no caso presente, o peso da herança e de suas normas na conformação da agricultura familiar.

Devido aos diferentes graus de adaptação dessa comunidade, com o meio físico e com o exterior, representado pela força crescente do mercado, pode-se afirmar que, embora em variados graus de resistências, essa comunidade vem passando por fortes transformações, tendo como causa as mudanças na natureza e nas técnicas de produzir e em condições sempre renovadas e perturbadoras impostas pelo mercado, que têm por finalidade extrair renda dessa agricultura. Até onde essas mudanças não "quebrem" os elos culturais que solidificam várias relações sociais responsáveis pela sobrevivência mais ou menos estável dessa comunidade é que deverão se estabelecer os limites para o surgimento de uma nova organização social ou até mesmo na pior das hipóteses de uma temida desorganização e degeneração das condições de existência de várias famílias deste grupo social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das teorias de gestão e teorias microeconômicas foram formuladas para o caso das firmas e empresas rurais. Entretanto, tais teorias raramente se ajustam ou encontram aplicabilidade para a agricultura familiar. Toda empresa busca a maximização do lucro minimizando os custos de produção, podendo, para isso, utilizar-se tanto da aplicação de tecnologias avançadas, quanto da melhoria da produtividade do trabalho. Assim fazendo, a tendência é a diminuição do peso do trabalho no processo de produção, elevando-se a composição orgânica do capital na empresa (Marx, 1975; Silva, 1995). Um exemplo típico é a substituição de parte da força de trabalho por máquinas e equipamentos, que fazem o mesmo serviço e com uma produtividade muito mais elevada. A elevação da produtividade do trabalho através de técnicas gerenciais modernas resultará também na redução da mão-de-obra necessária à empresa.

Por outro lado, agricultura familiar não se ajusta ao modelo teórico porque existem fatores intrínsecos à sua dinâmica que contradizem a tendência à economia de mão-de-obra, já que nesse tipo de agricultura o peso do trabalho da família se constitui no principal fator produtivo, acima do valor comumente dado à extensão de terra e ao aparato tecnológico, como mostra Chayanov (1974). Desse modo, a taxa de lucro capitalista não serve como referência para analisar o desempenho de uma unidade de produção familiar, pois esta utilizará, tanto quanto possível, de sua força de trabalho, em prejuízo de qualquer outro fator, para que haja garantias de um consumo mínimo da família, podendo contrariar a lógica da racionalização dos fatores produtivos para a obtenção de uma taxa média de lucro.

Além disso, a agricultura familiar possui um vínculo fundamental com o meio ambiente, apresentando formas particulares de ajustes sociais e ecológicos, variando no tempo e no espaço. No primeiro caso, o desenvolvimento histórico da sociedade, através da definição de determinados sistemas políticos, econômicos e ideológicos, influencia enormemente a exploração do meio ambiente e o modelo de agricultura utilizado. No segundo caso, a própria natureza oferece uma fonte muito variada de recursos e possibilidades de exploração, no qual o desenvolvimento da técnica ocorre adaptando-se às condições agroecológicas de cada ambiente específico.

Enquanto a reprodução das empresas rurais segue as normas da acumulação capitalista, tendo como principal objetivo o lucro, a reprodução das unidades camponesas se determina por outros parâmetros, como normas de sucessão, cultura e técnica que não estão descritas pela literatura empresarial. Na comunidade de Pedra Roxa, a reprodução da unidade familiar está condicionada, sobretudo, pelos padrões de herança, pela cultura da comunidade rural, pelas relações de dependência entre as famílias, pelo casamento entre os filhos dos agricultores e pelos sistemas técnicos de exploração do meio ambiente. O maior peso destes fatores define a permanência no meio rural, caso contrário, a degradação dos recursos físicos e desequilíbrios na organização sócio-cultural tende a levar à emigração.

A possibilidade de todos os filhos formarem sua família e sua unidade produtiva elevou a densidade populacional na comunidade, resultando também no escasseamento de terra. De outra forma, a não possibilidade de passar aos sistemas intensivos de altas produtividades em pequenas áreas fez com que o padrão de herança se tornasse seletivo para apenas um ou outro filho, forçando os demais a abandonarem a comunidade.

Espaços de autonomia camponesa são criados a partir de sistemas técnicos ajustados à lógica da preservação ambiental, como alternativa à lógica de expansão do mercado. Contudo, a manipulação dos recursos naturais pelos agricultores, que os utilizam para prover os meios de vida necessários à subsistência, está condicionada à disponibilidade de área, pois os sistemas de cultivos em pousio são, por natureza, extensivos. Adquire assim fundamental importância para a maximização do trabalho na família camponesa a disponibilidade de terra, tanto para o cultivo quanto para a permanência em pousio.

Entretanto, a reprodução dessas famílias dependerá, sobretudo, da ação do Estado para dar fim aos interesses especulativos do mercado de terras que resultam em preços elevados, que limitam e impossibilitam muitos filhos de agricultores de adquirirem uma área de terra para formar sua família e uma nova unidade produtiva. A elevação da densidade populacional no interior da comunidade é um dos aspectos fundamentais na definição dos sistemas de plantio, no sistema de herança e na emigração para o meio urbano.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALESTRERO, H.L. **O povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território**. Vitória: Escola Tipográfica, 1976. 250p.
- BITTENCOURT, G.A. de M. O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870/1889). In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **O café no Brasil**. Rio de Janeiro: Aggs Indústrias Gráficas, 1978. 151-180p.
- BOSEUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141p.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975. 284p.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 339p.
- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: UNICAMP, 1985. 240p.
- KAUTTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 328p.
- LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p. (Série Os Economistas).
- LOUREIRO, M.R.G. **Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis: Vozes. 1987. 182p.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v. 2 p933.
- MOURA, M.M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978. 112p.

- OLIVEIRA, J.T. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1951. 534p.
- PESSAMILIO, H.M.R. A dinâmica social do café. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Aggs Indústrias Gráficas, 1978. p.3-38
- RIBEIRO, E.M. As invenções de migrantes. Travessia: **Revista do Imigrante**, São Paulo, v.6, n.17, p.27-30, set/dez. 1993.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 347p. (Coleção Os Pensadores).
- SANTOS, J.V.T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978. 182p.
- SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, 1980, 80p.
- SILVA, C.R.L. da. **Inovação tecnológica e distribuição de renda**: impacto distributivo dos ganhos de produtividade da agricultura brasileira. São Paulo: IEA, 1995. 74p. (Coleção Estudos Agrícolas, 2).
- WANDERLEY, M. de N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p.13-78, jan. / abr. 1985.
- WOLF, E.R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.